

**O ENSINO DAS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS
DA LÍNGUA PORTUGUESA
NA PERSPECTIVA DE UM LIVRO DIDÁTICO**

Carlos Eduardo Pereira (UEMS)

karlpereira2009@hotmail.com

Osney Fernandes dos Santos (UEMS)

osneyf@hotmail.com

Natalina Sierra Assêncio Costa (UEMS)

Natysierra2011@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem em vista refletir sobre a forma pela qual o tema variedades linguísticas é abordado por um livro didático de língua portuguesa do 6º ano do ensino fundamental. Antes de tudo, fizemos considerações sobre o que vem a ser a variação linguística, bem como procedemos à sua classificação. Tal colocou a descoberto que a língua é heterogênea e não acabada. Na etapa seguinte, pusemos em foco a questão do “erro de português”. Isso revelou que sua noção foi fundada pela gramática tradicional no século III a. C., por questões de padronização e unificação não só política, mas também cultural. Por fim, examinamos um manual didático de português. O resultado de nosso trabalho deu a conhecer que esse apoio pedagógico em referência apresenta avanços significativos e positivos e, também, pontos negativos.

Palavras-chave: Variedades linguísticas. Livro didático. Preconceito linguístico.

1. Introdução

País de proporções continentais, o Brasil, como se sabe, apresenta muitas diversidades, entre as quais podem ser citadas as econômicas, sociais e culturais. Interligada a tais diferenças está a linguística, a qual se apresenta como o foco deste trabalho.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* promoveram, no final dos anos 90, uma verdadeira mudança na forma pela qual se deve ensinar língua nas instituições escolares. Isso em que pese ao fato de a democratização da educação no país ter principiado nos anos 60. Assim, passou-se a levar em conta a chamada heterogeneidade linguística. Nesse contexto, surgem algumas questões no que se refere ao trabalho concreto do professor em sala de aula. Ou seja: como trabalhar o ensino de língua respeitando a pluralidade social e linguística? Os livros didáticos de língua portuguesa se mostram adequados para esse fim?

Sendo o livro didático de língua portuguesa um dos principais

apoios ao qual recorre a maioria dos professores em sua rotina trabalhista, o objetivo deste artigo é, portanto, levar a efeito uma reflexão sobre o modo pelo qual um desses instrumentos pedagógicos aborda o conteúdo variedades linguísticas.

As concepções teóricas que dão base a este trabalho são de autores como Bagno (1999, 2007), que faz considerações sobre as variedades linguísticas – apresentando sugestões de como abordá-las adequadamente – e o “erro em língua”; Antunes (2007), que difere a norma culta real da ideal, entre outros autores.

Na primeira parte do trabalho buscaremos definir, assim como classificar, as variedades linguísticas. Em seguida refletiremos sobre o chamado “erro de português”. Por fim, analisaremos um livro didático de língua portuguesa de língua materna do 6º ano do ensino fundamental.

2. Variedades linguísticas: definição e classificação

Antes de qualquer coisa, importa frisar que a norma-padrão, conforme Bagno, costuma ser entendida como algo homogêneo e acabado. A essa visão, o referido autor contrapõe o modo como a Sociolinguística a concebe. Ou seja, a língua

é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita (2007, p. 36).

Além disso, o autor em questão pontua que os dicionários e a gramáticas são limitados. Estas são incapazes de encerrar a verdade absoluta sobre a língua, aqueles não a registram em sua totalidade. Enfim, a par da sociedade, que é heterogênea, a língua – produto social – também o é. Portanto a variação, ao contrário do que muitos pensam, não é um problema. Isso segundo Bagno (2007), para quem o problema reside na crença de haver uma língua perfeita e correta. Esse pensamento, consequentemente, conduz a se querer excluir as demais manifestações linguísticas.

Ainda conforme o referido autor, a variação se dá em todo nível da língua. Isto é, pode ser fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical e estilístico-pragmática. Os fatores sociais que concor-

rem para variação linguística são, conforme Bagno, a origem geográfica (a língua varia de um lugar para outro); o status socioeconômico (pessoas de baixa renda diferem no falar das que são de média ou alta renda); o grau de escolarização (o maior acesso à cultura letrada influi no uso da língua); a idade (adultos não falam como adolescentes); o sexo (homens e mulheres usam a língua de modo diverso, em se tratando dos recursos linguísticos disponíveis); a esfera profissional (um advogado usa a língua diferentemente de um pintor); as redes sociais (há semelhança de comportamento nesse ambiente, entre os quais estão os linguísticos).

No que concerne à questão social, Soares assinala que

A situação social, afirma Labov, é o mais poderoso determinante do comportamento verbal; em situações naturais e distensas, crianças e adolescentes classificados como linguisticamente “deficientes”, quando sua linguagem é avaliada em situações de teste, evidenciam uma linguagem complexa, expressiva, logicamente estruturada, embora *diferente* da linguagem de crianças e adolescentes das classes favorecidas (1989, p. 47).

Segundo Bagno, a sociolinguística conceitua a variedade linguística como “um dos muitos modos de falar uma língua. Como já vimos, esses diferentes modos de falar se correlacionam com fatores sociais como lugar de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução etc.” (2007, p. 47). Enfim, é a maneira de falar a língua própria de um grupo social ou de certa região geográfica.

Em se tratando da classificação dessas variedades, o autor faz referência às seguintes terminologias:

dialeto – é um termo usado há muitos séculos, desde a Grécia antiga, para designar o modo característico de uso da língua num determinado lugar, região, província etc. Muitos linguistas empregam o termo *dialeto* para designar o que a Sociolinguística prefere chamar de variedade.

socioleto – designa a variedade linguística própria de um grupo de falantes que compartilham as mesmas características socioculturais (classe socioeconômica, nível cultural, profissão etc.).

cronoleto – designa a variedade própria de determinada faixa etária, de uma geração de falantes.

idioleto – designa o modo de falar característico de um indivíduo, suas preferências vocabulares, seu modo próprio de pronunciar as palavras, de construir as sentenças etc. (2007, p. 48).

Por fim, importa frisar o fato de que nem tudo, em matéria de língua, varia. Como um dos exemplos, o linguista em apreço nos apresenta o caso do artigo, que vem sempre anteposto ao nome (“a casa” e não “ca-

sa a”).

3. O “erro” em língua: o que é e sua origem

O que a sociedade classifica como “certo” e “errado” resulta de crenças culturais e ideológicas, segundo Bagno. Logo, podem mudar à medida que o tempo passa. Por exemplo, no Brasil já foi “certo” escravizar pessoas negras. No que respeita à língua, o referido autor esclarece que

A noção de “erro” nasce, no mundo ocidental, junto com as primeiras descrições sistemáticas de uma língua específica, a língua grega. Essas descrições sistemáticas foram empreendidas no mundo da cultura helenística, particularmente na cidade de Alexandria (Egito), que era o mais importante centro de cultura grega no século III a.C. Pode parecer estranho dizer que uma cidade do Egito era o maior centro de cultura grega, mas uma rápida revisão da história vai explicar por quê (2007, p. 62).

Ao retrogradar na história, o linguista põe a descoberto o fato de que Alexandre III (356-323 a. C) conquistou a Grécia, Egito, África, Oriente Médio, Mesopotâmia. Isso trouxe como resultado a difusão da língua e cultura gregas por um vasto território. Tendo a língua grega passado a ser o idioma do amplo império conquistado por Alexandre, houve a necessidade de normatizá-la. Padronizar e homogeneizar, eis a medida para a unificação político-cultural. Isso em detrimento às diferenças sociais e regionais. Os filólogos, pois, criam uma norma unificada, tida como padrão de correção.

No século III a. C, portanto, surge a gramática tradicional, a reboque da qual vem a noção de erro. De caráter não científico, Bagno assevera que ela combinava intuições filosóficas – por exemplo, a de sujeito – e preconceitos sociais. O fato de essa gramática desprezar a língua falada e supervalorizar a escrita, depreciar as variedades não urbanas e idealizar um modelo de língua distante da fala concreta atual fez com que fosse visto como erro

todo e qualquer uso que escape desse modelo idealizado, toda e qualquer opção que esteja distante da linguagem literária consagrada;

toda pronúncia, todo vocabulário e toda sintaxe que revelem a origem social desprestigiada do falante;

tudo o que não conste dos usos das classes sociais letradas urbanas com acesso à escolarização formal e à cultura legitimada (2007, p. 69).

Eis, pois, a gênese da concepção de erro em língua. No que toca à

questão se o professor deve ou não ensinar a gramática, o referido autor é da opinião de que

Se por gramática entendermos o estudo sem preconceitos do funcionamento da língua, do modo como todo ser humano é capaz de produzir linguagem e interagir socialmente através dela, por meio de textos falados e escritos, portadores de um discurso, então, definitivamente é para ensinar sim (2007, p. 70).

Ao fazer uso dos dizeres “erros de português”, destacando-os, Bortoni-Ricardo explica que

Estamos colocando a expressão “erros de português” entre aspas porque a consideramos inadequada e preconceituosa. Erros de português são simplesmente *diferenças* entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações permeadas pelo afeto e informalidade, como vimos, e culturas de letramento, como a que é cultivada na escola (2004, p. 37).

Como se vê, a questão preconceituosa e não científica do erro em língua passou a ser repensada, tendo os estudos da sociolinguística contribuído sobremodo nessa questão.

4. *Variação linguística em um livro didático de língua portuguesa de português do 6º ano do ensino fundamental*

Segundo Bagno (2007), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que foi instituído em 1996, apresenta-se como responsável pela melhoria dos livros didáticos de língua portuguesa. Entretanto, a falta de uma base teórica adequada e a confusão no uso de certos termos ainda são verificadas no caso da abordagem das variedades linguísticas.

O espaço dado a esse conteúdo, no caso do referido livro didático de língua portuguesa em análise, ocupou da página 36 até a página 48. O manual didático se revela, por conseguinte, em consonância com as propostas atuais de educação em língua materna, de acordo com o referido linguista.

O ponto de partida para “construir o conceito” de variedade linguística é uma tira de Fernando Gonsales, localizada na página 36. Nela, uma personagem, ao ouvir a fala de um papagaio perdido que encontrou e o levou para casa, nota que a ave pronuncia as palavras em desacordo com as normas ortográficas oficiais. Ou seja, “bicicreta”, “cocrete” e “cardeneta”. Resolve, então, devolvê-lo ao dono, que se sai com esta:

“Argum pobrema?”

Do aluno, o livro quer saber que palavras a mulher estranha. Além disso, ressalta que, para compreender bem o texto, o leitor precisa saber como os papagaios aprendem a falar. E pergunta ao aluno como isso se dá. Assim como questiona ao aprendiz qual a provável relação entre o papagaio e o homem. Na questão seguinte, afirma que o que causa humor na tira é a fala do homem; desse modo, quer saber do leitor o que ela revela.

Por fim, na questão 4, à página 37, o autor defende a ideia de que a forma pela qual usamos a língua gera, com frequência, juízos de valor positivos ou depreciativos. Em vista disso, a questão propõe ao aluno responder o porquê de a mulher devolver o animal. Na resposta do livro, consta que ela provavelmente o fez, pois não queria ser confundida com o modo de falar do papagaio, que, em geral, imita o dono.

Ainda em um boxe nessa mesma página, consta a informação de que há uma pluralidade de línguas no país. Em virtude das populações indígenas, o Brasil possui 195 línguas. Apesar de não se aprofundar no tema, isso se mostra relevante, dado que Bagno nos lembra que, historicamente, a formação da sociedade brasileira é marcada pela violência e autoritarismo e, em razão disso, criou-se o mito do monolinguismo. Nesse sentido, o citado linguista afirma que

Todo o discurso que circula na nossa sociedade carrega a noção de que ser brasileiro é sinônimo de ser falante de português. O Brasil, no entanto, está na pequena lista dos oito países que abrigam em seu território metade das línguas faladas no mundo (os outros sete são, pela ordem, Índia, Indonésia, Papua Nova Guiné, Nigéria, Camarões, México e Austrália, com o Brasil no oitavo lugar (2007, p. 126).

Após isso, o livro didático de língua portuguesa parte para o “Conceituando”, seção na qual se explica que o autor da tira, para gerar humor, explora a diversidade da língua que há no Brasil. Menciona, assim, a grande dimensão do país e sua desigualdade, dado que nele estão contidos Estados diferenciados do ponto de vista do tamanho e das riquezas. Lembra também que existem pessoas morando em florestas, no litoral, no meio rural. Consequentemente, a língua portuguesa sofre as chamadas variedades linguísticas.

Além do caráter regional, o autor faz referência aos aspectos idade, profissão, grau de escolaridade. Tudo isso, conclui, concorre para o uso diferenciado da língua. Como se depreende, o autor do livro didático

de língua portuguesa em circunstância incluiu em sua obra os fatores sociais por causa dos quais se dá a variação linguística.

À página 38, enfoca-se a norma-padrão e as variedades de prestígio. Fala-se do dinamismo da língua. Isto é, palavras novas surgem, ao passo que outras se tornam obsoletas. Cita-se também a influência da internet, que está a modificar a forma de se grafar as palavras. Nesse particular, o autor do livro didático de língua portuguesa está em consonância com Bagno, que afirma que,

Por mais que isso pareça óbvio, vale a pena repetir: toda língua muda com o tempo. Basta a gente comparar um texto escrito em português na Idade Média, ou em 1600 ou mesmo há cem anos com qualquer coisa publicada nos dias de hoje. As diferenças saltam aos olhos, e as dificuldades de compreensão vão crescendo quanto mais a gente recua no tempo (2007, p. 164).

O autor do livro didático de língua portuguesa entende que a norma-padrão emerge da necessidade do uso padronizado da língua. Para tanto, entram em cena os dicionários e gramáticas como orientadores de seu uso social. Contudo, o autor ressalta que essa norma não existe como uma língua de fato. Apresenta-se tão somente como um referencial para se utilizar o português em contextos formais. Lembra, pois, que há situações descontraídas em que a norma-padrão não se faz necessária.

Mas, em entrevistas de empregos, trabalho escolar, debates, entre outras dimensões da vida social, importa ter-lhe conhecimento. Essa é a razão pela qual é ensinada às crianças, defende o autor, já que necessitam ser preparadas para o ingresso na vida social.

Ainda segundo o autor do manual didático,

As variedades do português que mais se aproximam da norma-padrão são prestigiadas socialmente. É o caso das variedades linguísticas urbanas, faladas nas grandes cidades por pessoas escolarizadas e de renda mais alta. Outras variedades, faladas em lugares distantes dos grandes centros, ou faladas por pessoas analfabetas ou de baixa escolaridade, ou por pessoas mais pobres, são menos prestigiadas e, por isso, frequentemente aqueles que as falam são vítimas de preconceito (2012, p. 38).

Como se nota, o autor tem por certo a questão do preconceito linguístico. No entanto, não acena para mudança alguma do quadro vigente, preferindo a neutralidade. Ou seja, parece aderir à ideia politicamente correta de que todas as variedades linguísticas têm o seu valor e devem ser respeitadas, mas, se acaso o indivíduo não dominar a chamada norma-padrão, será excluído.

Em seguida, o autor chega a estes conceitos:

Norma-padrão é uma referência, uma espécie de modelo ou de “lei” que normatiza o uso da língua, fala ou escrita.

Variedades urbanas de prestígio, também conhecidas como norma culta, são as variedades empregadas pelos falantes urbanos, mais escolarizados e de renda mais alta. (2012, p. 38).

Aqui parece haver discrepância entre o autor do livro didático de língua portuguesa e Bagno. Veja que nas definições acima o autor aproxima a norma-padrão das ditas variedades urbanas de prestígio, ou norma culta. Para o linguista em questão, de sua parte, norma padrão e norma culta não se confundem. Nesse caso, explana que

É preciso fazer uma crítica atenta dos termos que vêm sendo empregados para classificar a variação linguística do português brasileiro, com uma atenção especial à expressão “norma culta”, que é extremamente ambígua e problemática. Além do fato de se confundir o uso real da língua por parte dos falantes privilegiados da sociedade urbana (a norma culta dos linguistas) com o modelo idealizado de língua “certa” cristalizado nas gramáticas normativas (a norma-padrão dos linguistas), como se faz geralmente, existe também o problema contido no uso do adjetivo “culto”. (2007, p. 104).

No que respeita à questão da adjetivação “culto”, o problema reside no fato de que tal se atribui ao falar da fração privilegiada socialmente. Isso conduz falsamente a crer que o povo, com seus falares, não é portador de cultura.

Antunes prefere falar na existência das normas cultas ideal e real. Assim, afirma que

A norma culta ideal, como o próprio nome sugere, corresponde àquela norma concebida, pensada, prevista e proposta como a norma representativa dos usos da língua considerados cultos. Trata-se, portanto, de uma *idealização*, no sentido próprio do termo. Uma espécie de “hipótese” aninhada no imaginário de uma parcela da população. Sendo assim, ela se situa mais no domínio da potencialidade, da expectativa, da coisa imaginada e suposta do que no domínio da experiência efetivada (2007, p. 92).

E, conforme essa autora,

A *norma culta real*, no entanto, corresponde àqueles usos que são fato. Ocorrência; isto é, aqueles que podem ser atestados como concretamente realizados, em diferentes suportes em que se expressam cientistas, escritores, repórteres, cronistas, editorialistas, comentaristas, articulistas, legistas e outros “istas” da comunidade encarregada da informação pública e formal. Os usos que ocorrem nesses contextos é que representam os parâmetros da *norma culta real*, aquela que deveria constituir a referência de identificação da norma prestigiada, uma vez que corresponde aos falares mais tópicos da interação escrita, pública e formal (2007, p. 93).

Enfim, segundo Antunes, a norma culta, que está ligada ao poder,

implica o preconceito linguístico, visto que o uso da língua diferente dela é tachado de inferior, corrompido, rude, entre outras adjetivações depreciativas.

Adiante, em seu livro didático de língua portuguesa, o autor novamente aborda a questão da variação linguística e do preconceito social. Ressalta, assim, que sob a ótica linguística inexistem variedades da língua melhor ou mais correta que a outra. Afirma ainda que, posto que a variedade seja bem diferente da norma-padrão, mostra-se boa, pois possibilita a seus falantes a interação e a comunicação.

Entretanto, faz a ressalva de que as variações da língua motivam o preconceito. Isso traz como consequência o fato de o indivíduo ser ou ridicularizado, ou inferiorizado, em vista da variedade de que se utiliza. Relembra, por fim, na página 39, a passagem vivida pelos personagens da tira do papagaio. Nesse caso, não abre espaço à reflexão sobre esse estado de coisas, nem sequer acena para meios alternativos de mudança social. Mas, antes, parece querer conduzir o leitor ao medo de ser estigmatizado por falar diferente.

Diametralmente oposto a isso, Bagno propõe que

temos de combater o preconceito linguístico com as armas de que dispomos. É a primeira campanha a ser feita, por todos na sociedade, é a favor da mudança de atitude. Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que vissem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que “brasileiro não sabe português”, que “português é muito difícil”, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas “falam tudo errado”. Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes (1999, p. 115).

Ainda na página 39 há um box no qual se defende a tese de que é uma questão de cidadania ter acesso às variedades de prestígio. Segundo o autor, além de perder a timidez, se acaso as pessoas sem instrução se apropriarem da norma de prestígio, tonam-se cidadãos e ficam em pé de igualdade linguística com os demais falantes. Consequentemente, passam a ser ouvidas e, por consequência, ter os direitos respeitados.

Nesse particular, Bagno faz estas considerações:

O que estou tentando dizer é que o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. O domínio da

norma culta de nada vai servir a uma pessoa que não tenha acesso às tecnologias modernas, aos avanços da medicina, aos empregos bem remunerados, à participação ativa e consciente nas decisões políticas que afetam sua vida e a de seus concidadãos. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente, a uma pessoa que viva numa zona rural onde um punhado de senhores feudais controlam extensões gigantescas de terra fértil, enquanto milhões de famílias de lavradores sem-terra não têm o que comer. (p. 70)

Quer dizer, o conhecimento das variedades de prestígio – entre as quais figura a dita “norma culta” – por si sós, em rigor, não dá conta de causar uma substancial mudança na sociedade. Tal ideia se mostra um mito.

Na página 39, o autor esclarece que “falar bem é falar adequada-mente”. Introduce o assunto por meio de uma tira de Adão Iturrigarai. Nela, o pai avisa ao personagem Zezo que irão a um casamento, logo ele deve substituir sua bermuda, camiseta, tênis e boné por um traje formal. Para se adequar, o filho apenas acrescenta uma gravata às roupas que vestia. As questões propostas no livro querem saber como os personagens estão vestidos (se formal ou informalmente). E, também, o que causa humor no texto.

Segundo o autor, a graça da tira está na adequação/inadequação das vestes de Zezo. Por extensão, o autor afirma que na língua é semelhante, haja vista que variamos o emprego do nosso falar conforme o contexto situacional. Dito de modo diferente, em situações formais usamos a norma-padrão; nas informais, não necessariamente. A esse respeito, Antunes esclarece que,

Geralmente, os contextos que exigem certa formalidade são aqueles que transcendem os limites da vida privada (isto é, a vida que se passa entre as quatro paredes de nossa casa) e entram, naturalmente, naquilo que é da esfera pública (isto é, a vida que acontece nos ambientes de trabalho ou do convívio social não familiar) (2007, p. 89).

O autor do livro didático de língua portuguesa em circunstância não perde de vista o fato de que, ao entrar na escola, o estudante já domina algumas variedades, como a empregada no âmbito familiar. Mas é na escola que o aluno tem a chance de se apropriar das variedades linguísticas de prestígio. Aponta ainda que poucos a dominam e que são indispensáveis à vida social e profissional. Enfim, saber fazer uso da língua equivale a empregar a variedade linguística adequada às diferentes situações.

À página 40, o autor enfatiza os tipos de variações linguísticas.

Leva a efeito explicações acerca das diferenças regionais, de classes sociais e históricas. Em relação ao primeiro caso, ilustra a questão com uma tira de Chico Bento. Os registros “quiria” e “sê”, constantes na fala de Chico, o autor os considera de conformidade com a língua oral falada por grande parte dos brasileiros. Já a palavra “discurpa”, proferida pelo amigo dele, põe a descoberto o dialeto caipira, em que se troca o “l” pelo “r”.

É importante ressaltar que Bagno tem para si o fato de que o uso dos quadrinhos de Chico Bento, visando ao estudo das variedades linguísticas, mostra-se inadequado. Isso porque, segundo esse linguista,

O problema é querer transformar essas revistinhas em material pedagógico para a abordagem da variedade linguística. O desenhista não tem nenhuma obrigação de representar fielmente a fala de seus personagens, até porque uma representação cem por cento fiel só poderia ser feita por meio de transcrições fonéticas detalhadas, o que simplesmente tornaria as revistas ilegíveis! (2007, p. 122).

Além disso, há a questão de que muitos registros encontráveis na fala de Chico Bento não se restringem aos domínios dos moradores rurais. Isso, aliás, é frisado pelo autor do livro didático de língua portuguesa, que ilustra o caso com as palavras “quiria” e “sê”, conforme se viu anteriormente.

No que concerne ao fator escolaridade/classe social, novamente é citada a tira de Fernando Gonsales. Segundo ele, as pronúncias “bicicreta”, “concrete” e “cardeneta” são resultantes da baixa escolaridade. Para explicar sobre o aspecto histórico, por fim, cita as desusadas palavras “vintém” e “toleirona”, as quais retirou de uma cantiga de roda para fins de exemplificação.

Em seguida são abordadas, no livro didático de língua portuguesa, a oralidade e a escrita. Assim, afirma-se que na língua oral são comuns repetições, “problemas” de concordância, bem como o uso de palavras e expressões como “né?”, “tá?”, “hum...”, entre outras. Com a língua escrita não ocorre da mesma forma, já que a podemos submeter a um monitoramento. Além disso, defende-se a ideia de que tais diferenças tendem a diminuir; seja devido ao maior acesso das pessoas à escolarização, seja em razão da internet, que tem enfraquecido os limites entre o oral e o escrito.

Em se tratando da formalidade e informalidade, o autor do livro didático de língua portuguesa discorre novamente sobre a adequação da linguagem ao contexto. Nos formais, portanto, o monitoramento evita o

emprego de palavras e expressões como “fofinha, safado, pra caramba, é um saco”, entre outras. As situações em que predomina a espontaneidade, por sua vez, aceitam-nas muito bem.

À página 42, abordam-se as gírias. Considerando-as uma variedade linguística, o autor do livro didático de língua portuguesa explica que são próprias dos diferentes grupos sociais. Assinala ainda que não só podem ter duração efêmera, quanto se estender às camadas sociais como um todo. Para efeito de ilustração, apresenta-se um boxe com exemplos de gírias atuais e do passado.

Para além de revelar sentimentos e pensamento, o autor explica que a linguagem põe em evidência quem somos na sociedade. Dito por outros termos, é reveladora de nossa posição social, nível de escolaridade, timidez ou agressividade, gosto e grupo ao qual pertencemos. A fim de sustentar essa afirmação, apresenta-se uma tira de Angeli em que os personagens se utilizam de palavras e expressões como “estamos ligados”, “só!”, “mó feliz”, “10 paus”. Isso permite lhes traçar uma caracterização: jovens “descolados” que usam a gíria em seu linguajar do dia-a-dia.

À página 43, o autor do livro didático de língua portuguesa propõe exercícios tendo como gênero textual de referência a música “Saudo-sa maloca”, de Adoniran Barbosa. Na página que se segue, quer saber o conflito que o locutor e seus amigos enfrentam. Intenta também que o aluno infira, a partir da linguagem empregada na letra, qual o provável perfil socioeconômico e cultural dos personagens.

Outra questão propõe que o estudante retire do texto palavras associadas ao dialeto caipira, variação ocasionada pela pouca escolaridade e exemplos da oralidade informal. Constam como respostas, respectivamente, os registros “arto”, “veia”, lembirá, “paia” (caipira); “precia”, “tauba”, “os homi tá”, “nóis arranja” (baixa escolaridade); “tá”, “nóis”, “mandô” (língua oral informal). Em relação a essa questão, é relevante o que assevera Bagno, para quem

Um dos problemas que encontramos nos livros didáticos é a tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua e modo mais “correto”, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação (2007, p. 120).

Outra pergunta apresentada diz respeito ao uso da forma verbal

“construímos” na música. Ou seja, questiona se seu emprego condiz com o nível sociocultural dos personagens. Na resposta do livro, afirma-se que não. O mais coerente, segundo o autor do livro didático de língua portuguesa, seriam prováveis construções como estas: “A gente construiu” ou “Nós construíu”. Por fim, solicita-se que o aluno passe alguns versos para a norma-padrão e os confronte com o original. Em seguida, pergunta-se ao aluno se a expressividade original se mantém.

Cumpramos ressaltar que o uso de músicas de Adoniran – a exemplo das historinhas de Chico Bento, conforme visto – se mostra problemático para o estudo das variedades linguísticas. Isso porque, conforme Bagno,

As opções gráficas empregadas no Chico Bento, nos sambas de Adoniran e nos poemas de Patativa têm como única finalidade criar uma atmosfera peculiar, inserir o leitor/ouvinte num universo social e cultural diferente daquele que vem convencionalmente representado pela ortografia oficial, o universo urbano letrado. Nenhum compromisso com o rigor da pesquisa científica (ainda bem!) (2007, p. 122).

Esse linguista sugere que o professor trabalhe com variedades linguísticas autênticas. Tal se torna viável, por exemplo, por meio de documentários que retratam aspectos próprios de determinadas comunidades ou regiões. De fácil acesso, o portal do Museu de Língua Portuguesa disponibiliza abundante material para pesquisa sobre o assunto, lembra Bagno. Em suma, o adequado seria o trabalho com filmagens e gravações que retratem falantes concretos das diferentes variedades linguísticas do país.

Ainda na página 44, o autor destina um espaço apresenta uma relação de dezesseis palavras e expressões que são usadas em Pernambuco e em outros lugares do Nordeste. Isso, provavelmente, para feito de informação e curiosidade.

À página 45, na seção “as variedades linguísticas na construção do texto”, o autor do livro didático de língua portuguesa propõe a leitura do texto “Pechada”. Na página que se segue vêm seis questões relativas ao texto. Na trama, o personagem Rodrigo, que é de origem gaúcha, é alvo de estranhamento (em um lugar diferente) devido a seu modo de falar. Isso porque em seu vocabulário constavam termos como “sinaleira, auto e pechar”, que causaram espécie inclusive na professora.

Na última questão, o autor afirma que Rodrigo foi vítima de preconceito linguístico e procura saber do estudante se já passou por situação semelhante. Sugere, pois, que o professor discuta esse problema com

a turma. Isso para que o aluno tome ciência do fato de que falar diferente não significa sinal de superioridade ou o contrário.

Nas páginas 47 e 48, apresentam-se algumas diferenças que passaram a haver entre o português do Brasil e o de Portugal. Por fim, o autor inclui no livro didático de língua portuguesa um box com o título “Contraponto”. Nele são trazidos ao público leitor dois pontos de vistas contrários sobre questões linguísticas. O primeiro dos quais é o do presidente da Academia Brasileira de Letras, Arnaldo Niskier. Para ele, é fato que a língua portuguesa está sendo falada e escrita de modo mal como nunca fora. Isso por culpa não só da displicência da classe culta, como também em face da “indigência vocabular” de jovens e também adultos.

Na contraponta dessa visão está, conforme o autor do livro didático de língua portuguesa, alguns linguistas. Para esses estudiosos, inexistem o português certo e errado, já que as variedades em seu conjunto são eficazes nas situações de comunicação e interação. O (des)prestígio das diferentes modalidades, portanto, resulta das relações sociais de dominação político-ideológica. Com vistas a finalizar o assunto, o autor propõe a discussão sobre o tema, oportunizando ao aluno opinar sobre a primazia que se dá à variedade padrão. Ou seja, se tão somente a ela cabe destaque na sociedade e por que razão.

5. Considerações finais

Ao logo deste trabalho, buscamos promover uma reflexão sobre o modo pelo qual um livro didático de língua portuguesa de língua portuguesa do 6º ano do ensino fundamental aborda o ensino das variedades linguísticas.

Para tanto, antes de qualquer coisa procedemos não apenas à definição, mas ainda à classificação das variedades da língua portuguesa. Isso colocou em evidência a heterogeneidade da língua, devido ao fato de ela ser um produto socialmente elaborado. Sendo a sociedade plural, tal acaba, assim, por refletir também nos aspectos linguísticos.

No que respeita às terminologias de classificação das variedades linguísticas, constatamos o uso dos termos dialeto (maneira característica de uso da língua em um determinado local); socioleto (variedade dos que compartilham características socioculturais em comum); cronoletos (variedade específica de uma certa idade); idioleto (jeito de falar característico de um indivíduo).

No que concerne ao que se convencionou chamar de “erro de português”, vimos que ele tem sua origem em um determinado período da história. Isto é, remete ao século III a. C, e se confunde com a criação da gramática tradicional. Criada por filólogos como paradigma de correção, esse instrumento responsável por um padrão uniforme e homogêneo de língua aspirava à unificação política e social. Dessa forma, passou a pôr na conta do erro tudo o que escapasse a seus dogmas.

Finalmente, a análise de um livro didático de língua portuguesa de língua portuguesa deu a conhecer que esse material pedagógico ora aponta avanços significativos, ora revela aspectos ainda negativos. No que diz respeito aos pontos positivos, podemos citar o fato de que o livro didático de língua portuguesa em questão trata da variação linguística reservando-lhe um espaço considerável, compreendido em treze páginas. Está, pois, não só em concordância com as diretrizes oficiais, mas também com as propostas atuais de ensino de língua.

Outro ponto relevante se deve ao fato de que, em um boxe na página 37 do livro didático de língua portuguesa, consta a informação de que há uma pluralidade de línguas no país. Segundo o autor do manual didático, em vista de sua população indígena, o Brasil possui 195 línguas.

De outra parte, admite que as variações acarretam o preconceito linguístico. Explora, para efeito de ilustração, aspectos do sotaque e do léxico no texto “Pechada” para demonstrar como tal se dá. Enfim, descreve as razões do preconceito, mas se põe numa posição de neutralidade. Nesse sentido, aborda a variedade linguística e demonstra a heterogeneidade da língua. Mas, ao final, acaba sutilmente transmitindo a ideia de que a norma-padrão é a que livra o indivíduo de ser inferiorizado, ridicularizado, bem como estigmatizado.

Além disso, alude à tese de que o domínio das variedades de prestígio conduz à conquista e prática da cidadania. Indiscutivelmente, assiste aos alunos como um todo o acesso aos conhecimentos socialmente elaborados pela humanidade. Aliás, em se tratando do ensino de língua, importa salientar a ideia de que “O objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez, mais exatamente, o de criar condições para que ele seja ensinado. Qualquer outra hipótese é um equívoco, político e pedagógico” (POSSENTI, 1995, p. 33).

Contudo, conforme tivemos a oportunidade de verificar, é mítico o pensamento de que o domínio isolado da norma-padrão traz como efei-

to a aspirada ascensão na sociedade. Isso porque as desigualdades sociais, que ainda se mostram gritantes, precisam ser reduzidas também.

Por fim, outro ponto negativo do livro didático de língua portuguesa em questão se relaciona ao fato de que toma como embasamento para o trabalho com as variedades linguísticas o personagem Chico Bento, além de uma música de Adoniran Barbosa. Não sendo tais elementos representações fidedignas das variedades linguísticas que supostamente representam, observou-se neste trabalho que esse é um artifício problemático. Em vez disso, Bagno (2007) sugere a proposição do trabalho com as variedades linguísticas legítimas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *O preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

POSSENTI, Sírio. Sobre o ensino de português na escola. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. Ática, 1995.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1989.